

# RESENHAS

## **PARTICIPAÇÃO POPULAR E ESCOLA PÚBLICA**

VERA MASAGÃO RIBEIRO (org.)

*Cadernos do CEDI (19)*

São Paulo, 1989

A questão da gestão democrática da escola é relativamente recente. Nascida das lutas contra os cerceamentos da ditadura e ampliada a partir das perspectivas acenadas com a "abertura política", tem sido apontada como uma das formas de atender aos interesses da população usuária e, ao mesmo tempo, como uma das possibilidades entrevistadas de melhorar a qualidade do ensino reconhecidamente precário. Atestam essa precariedade os dados fornecidos pela Carta de Goiânia, apresentada na IV Conferência Brasileira de Educação (1986): mais de 50% de alunos repetentes ou excluídos ao longo da 1.ª série do ensino de 1.º grau; cerca de 30% de crianças e jovens na faixa dos 7 aos 14 anos fora da escola; 30% de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica; 22% de professores leigos.

A essa precariedade associam-se, como os dados demonstram, problemas relativos tanto ao acesso da população à escola quanto à garantia de sua permanência. A ampliação das oportunidades de educação é fruto da luta histórica das classes populares pela criação de escolas e tem ainda mobilizado a organização de grupos populares em torno dessa necessidade. Todavia, essa luta pelo acesso não é desvinculada das reivindicações pela melhoria da qualidade do ensino. O acompanhamento de movimentos nessa área demonstra que, muitas vezes, o envolvimento com as reivindicações pelo direito à escola leva à percepção de uma série de outros que revelam a falta de qualidade do ensino oferecido. Essa ligação não é mecânica, mas indica que são partes de um mesmo processo de organização, ressaltando a necessidade de encararmos a importância da participação popular nos destinos da escola enquanto possibilidade de democratização da gestão escolar.

No campo específico dessa discussão, é extremamente importante a publicação do n.º 19 dos *Cadernos do CEDI* (Centro Ecumênico de Documentação e Informação) com o título: "Participação Popular e Escola Pública: movimentos populares, associações de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis".

Essa publicação, organizada por Vera Masagão Ribeiro, é fruto do trabalho realizado pelo CEDI, junto a movimentos populares por educação, e da colaboração de outros educadores preocupados com a temática (apresentando-se também como continuação de ao n.º 16 desses cadernos: "O Caminho da Escola"). Sua importância resulta do tratamento primoroso dado ao tema, por parte de cada um dos autores, significando proveitoso esforço no sentido de apresentar informações sobre alguns dos possíveis mecanismos de participação popular na escola e de levantar o debate acerca de suas perspectivas e seus limites. A essas contribuições soma-se a preocupação em tornar o material acessível a um público que não apenas o acadêmico. Elaborado em linguagem agradável, sem no entanto desprezar dados importantes, facilita o acesso à informação, subsidiando a análise por parte de educadores e, principalmente, de grupos populares organizados em torno dessas questões. Alcança, com isso, o intento de servir de instrumento para o debate, fornecendo informações básicas para o aprofundamento do tema.

O conteúdo da obra pode ser dividido em dois eixos: no primeiro são abordados os "canais institucionais de participação popular na escola"; no segundo, amplia-se a discussão "levantando os entraves à participação popular numa estrutura de Estado como a brasileira".

Inseridos no primeiro eixo, destacam-se os artigos de Vera Masagão Ribeiro ("Associação de Pais e Mestres" e "O Novo Conselho de Escola") pela clareza na exposição, proporcionando ao leitor as informações necessárias para o entendimento e caracterização dos dois canais institucionais de parti-

cipação popular: a análise reconstitui a origem, a configuração desses canais, seus pressupostos político-ideológicos, sua repercussão no âmbito legal e na prática escolar.

A autora ressalta que, tanto as APMs, "generalizadas na vigência do regime militar", quanto os Conselhos de Escola deliberativos, "instituídos mais recentemente dentro de uma proposta democratizante" adquirem, na prática, um caráter antipopular. Os entraves à participação popular são os mesmos: a delegação de poder a uma direção que é impune em sua prática de manipulação e descumprimento de decisões coletivas. No entanto, o conhecimento de ambos os canais aponta para as diferenças entre as propostas desde as respectivas origens. O Conselho de Escola deliberativo significou um avanço em relação às APMs por não se prestar à função arrecadadora, de recursos junto à comunidade e prever a interferência, ainda que apenas formalmente, nas instâncias de decisão da escola, delegando maior poder aos pais.

Também referente ao primeiro eixo, o artigo de Elie Ghanem ("Os Grêmios Livres e o Movimento Secundarista") recupera a história de atuação do movimento estudantil secundarista até o momento atual, reportando-se às suas lutas por "condições mínimas para a realização do direito à educação", contra posturas autoritárias de agências governamentais. Aponta, ainda, para as dificuldades enfrentadas quanto à organização de um movimento que, por envolver um número tão grande de unidades escolares, "espalhadas pelo país, torna a possibilidade do movimento infinita e nenhuma".

Outro artigo do mesmo autor ("Notas sobre a Legislação") deve ser incluído também nesse eixo. Não por analisar ou discutir formas de participação popular e seus limites em determinados canais institucionais, mas por esclarecer as "normas que formalizam competências, direitos e deveres que muitas vezes não são cumpridos, dando margem a ações arbitrárias e ilegais de funcionários, professores ou

autoridades do sistema de ensino". Assim, o autor apresenta trechos da legislação estadual e partes da nova Carta Constitucional em vigor que, no seu entender, se relacionam mais diretamente com o tema da participação popular e educação, podendo servir de instrumento àqueles que atuam nessa área.

É através do segundo eixo que encontramos lições de paixão e de profundidade na abordagem do tema. Constituído pela entrevista de Mayume Watanabe de Souza Lima ("Quem constrói a escola?", prestada a Vera Masagão Ribeiro e Marília Pontes Spósito) e por um artigo desta última, é este o momento que sintetiza os temas já discutidos e aponta para além das perspectivas e dos limites já abordados, correspondendo às intenções de ampliação do debate, expostas na apresentação do próprio Caderno.

Tanto Lima como Spósito priorizam, no tratamento da participação popular, o ponto de vista do Estado brasileiro: como as propostas de participação popular feitas pelo Estado se utilizam desse discurso sem, no entanto, garantir sua real viabilidade.

Em sua entrevista, Lima relata a experiência que viveu como Superintendente de Planejamento da CONESP — Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo. Segundo ela, a priorização dos interesses privados e da função econômica da propriedade na utilização do solo urbano relega a segundo plano a escolha das áreas destinadas a fins sociais, entre elas a escola. A tentativa de interferir nessa realidade, envolvendo grupos populares organizados na escolha dos terrenos e em todo o processo de construção das escolas demandadas, encontrou resistência na própria Instituição estatal, nos interesses populistas de políticos e nas empreiteiras, culminando na desativação da proposta.

Lima ressalta a dificuldade de continuidade de uma experiência coletiva como essa nas decisões da vida escolar — reformas, ampliações, utilização de materiais etc.: "depois que o prédio é apossado pela instituição escolar, sua utilização é muito dificulta-

da. (...) Uma experiência desse tipo se perde à medida que a escola não incentiva, não se esforça para ser diferente, apenas reforça o sentimento de impotência da população frente a situações de fato".

Contribuição valiosa, para o aprofundamento das questões relativas à participação popular na gestão da escola, encontra-se no artigo de Spósito ("Redefinindo a Participação Popular na Escola"). Afirmando a complexidade dessa participação como via para a democratização do sistema público de ensino, a autora, fiel ao título de seu artigo, propõe uma nova definição a partir da crítica às concepções pedagógicas vigentes nas propostas de participação. Com base no discurso de integração escola-família-comunidade, essas propostas têm resultado em práticas na maioria das vezes autoritárias, conservadoras e segregacionistas, servindo para reforçar projetos de dominação, exclusão e controle social.

A redefinição do caráter da participação popular na escola, enquanto mecanismo de participação e representação política, recoloca também a delimitação do caráter público da educação e do caráter democrático da participação. A participação popular, assim definida, ganha novos horizontes, ultrapassa os muros da escola e a população a ela ligada diretamente. De acordo com a autora, a democratização do ensino público poderia ser alcançada mediante a presença popular, sustentada e aprofundada por sua organização em outros canais de participação que não os restritos à educação.

Spósito atenta ainda para a necessidade de ampliação do caráter de participação dos vários protagonistas da atividade educativa: "Sem uma efetiva descentralização administrativa, que permita a desconcentração de poder na burocracia e resulte na autonomia da unidade escolar, não será possível a formulação de projetos educativos mais coerentes e dotados de certa eficácia".

Assim, este artigo traz contribuição significativa, na medida em que avança no enfoque a ser dado ao tema. Ampliando o conceito de participação ao

mesmo tempo em que o politiza, a autora redefine o espaço de luta pela democratização da gestão escolar. Esse espaço não é mais restrito à instituição, tendo por suposto uma "guerra surda" e algumas vezes muito ruidosa entre professores, diretores, pais e alunos, mas remete-se à luta de trabalhadores — pais, professores, diretores e alunos — contra o desprezo da máquina estatal e pelo exercício do poder na escola e na sociedade.

Cláudia P. Vianna

#### **INCIDENTES DA VIDA DE UMA ESCRAVA CONTADOS POR ELA MESMA**

HARRIET A. JACOBS

Org. e apresent. Jean Fagan Yellin

Trad. Waltensir Dutra

Rio de Janeiro, Campus, 1988

*A Cabana do Pai Tomás*, escrito por Harriet Beecher Stowe, e publicado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1852, teve, ainda no ano de sua publicação, uma tiragem de mais de 300 mil exemplares. A influência deste romance extrapolou as beligerantes fronteiras americanas do Sul escravista e do Norte abolicionista, chegando ao Brasil ainda em meados do século passado. Emocionou leitores, inspirou autores, foi encenada e aplaudida em vários teatros das capitais das províncias do Império.

Outra Harriet, também americana, mas negra e ex-escrava, quase 10 anos após a edição da festejada obra de Mrs. Stowe, publicou suas memórias, às próprias custas, em prol da causa abolicionista. O emocionante relato teve sua autoria atribuída por longos anos a uma mulher branca envolvida na luta antiescravista, sendo considerada, até recentemente, uma falsa narrativa de escrava.